

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

LONGEVITÁ PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.718.347/0001-25, com sede à Rua Max Erichsen, 144, Bairro das Indústrias, Estrela/RS, representada por sua **arrendatária** **LA VITA PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º CNPJ 43.192.344/0001-52, neste ato representada por seu sócio proprietário **ANDRIUS ROGER ZANON** – CPF n.º 009.130.390-71, com sede na Rua Max Henrique Erichsen, número 156, Bairro/Distrito Das Indústrias, Município Estrela - RS, CEP 95.880-000, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelas razões que doravante passa a expor.

I – PRELIMINARMENTE

a) DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, quanto ao prazo para apresentação de impugnação ao edital de licitação, assim está determinado no item 19.1: **“Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.”**

A abertura da sessão pública está agendada para o próximo dia 16 de fevereiro de 2022, ou seja, a presente impugnação é TEMPESTIVA.

b) DO CABIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO

Precipuamente, esclarece a Impugnante que a propositura desta manifestação é o exercício do direito diante da exigência de condição para sua participação no certame que não encontra respaldo na lei, na jurisprudência e nem na melhor doutrina, jamais havendo por parte desta empresa o interesse na tentativa de frustrar o procedimento licitatório, ao contrário, o objetivo sempre foi e sempre será de que este ocorra dentro dos ditames legais, sob a égide dos sagrados e basilares princípios da legalidade e da igualdade.

Impedir a Impugnante de participar do certame colide com um dos principais princípios norteadores das licitações, qual seja, da ampla concorrência pela busca da melhor contratação, eis que estamos diante de um registro de preços que objetiva adjudicar o menor preço por item.

II – DO MÉRITO

No item 2.2.4.2 do edital, está lançada exigência que impede a participação da Impugnante, a saber:

*“2.2. Não poderão participar desta licitação:
(...)
2.2.4.2. que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou **liquidação**.”*

Esta exigência, refere do impedimento de participação no certame de empresas “que estejam em processo de falência, concordata, recuperação judicial, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação”.

Nossos tribunais já enfrentaram questões dessa natureza em que a participação de empresas resta impedida por exigências que não se coadunam com os princípios que norteiam as licitações e nem com o melhor direito.

A Impugnante encontra-se de fato em processo de liquidação judicial, a partir do falecimento de seu único sócio. Por iniciativa do liquidante (nomeado judicialmente), foi proposto ao Juízo onde tramita o processo de liquidação, que se autorizasse o arrendamento da operação, bem como o fundo de comércio, tendo como um dos principais fundamentos para esse pedido, a manutenção das atividades e a preservação dos empregos que até então eram gerados.

Referido arrendamento foi objeto de apreciação e decisão judicial e levado a leilão, tendo sido arrematado por terceira pessoa, sendo que a partir da fluência do arrendamento, seria responsável por todos os atos daquele momento em diante, e inclusive, como consta no contrato de arrendamento, existe a opção de compra do negócio a partir do 13º mês, para que possa ser dada sequência na empresa.

Inclusive o Juízo decidiu que a empresa Longevitá, em processo de liquidação, mas enquanto perdurasse o arrendamento, **estava habilitada para participar de processos licitatórios, dispensada da apresentação das certidões negativas** exigidas legalmente para tal fim. Em anexo juntamos as decisões judiciais referidas anteriormente.

Recentemente, igualmente amparada por decisão judicial, foi procedido a cessão do arrendamento, passando a responsabilidade do mesmo a empresa LA VITTA. Esta decisão também segue anexa.

Para robustecer a presente impugnação pedimos vênias para transcrever decisão do Egrégio TCU, que, ao enfrentar situação semelhante a esta, ratificou o entendimento de que é possível a participação de empresas em recuperação judicial em licitações, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, evidenciando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. Transcreve-se trecho dessa decisão:

“ (...) Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e

financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

Esta decisão do TCU se coaduna com decisão do STJ, onde o Ministro Relator Gurgel de Faria, relator, pontuou que o objetivo principal da legislação é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de **permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.**

O Ministro destacou que a jurisprudência do STJ tem se orientado no sentido de que a administração não pode realizar interpretação extensiva ou restritiva de direitos quando a lei assim não dispuser de forma expressa.

"A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis 8.666/93 e 11.101/05 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores. (...). "Sociedade empresária em recuperação judicial pode participar de licitação, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica". STJ. 1ª Turma. (AREsp 309.867-ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 26/06/2018)."

Diante desses recortes jurisprudenciais, necessário que o edital seja retificado com o escopo de lhe ser retirada a exigência contido no item 2.2.4.2, especificamente quanto a não impedir a participação da Impugnante, que está em liquidação judicial, **mas que tem a seu favor decisão que lhe permite a participação em processos licitatórios, destacando que a Arrendatária alcançou as garantias necessárias para operar no período de vigência do contrato de arrendamento.**

Assim, necessário o acolhimento da presente IMPUGNAÇÃO.

III – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) Seja recebida a presente IMPUGNAÇÃO eis que tempestiva;
- b) Após avaliado seu conteúdo fático e jurídico, seja acolhida para ver retificado o edital da licitação identificada do preâmbulo – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022, permitindo a regular participação da Impugnante.

Pelo DEFERIMENTO.

Estrela/RS, 11 de fevereiro de 2022.

LONGEVITÁ PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA
(La Vitta Produtos Higiênicos Ltda – ME - Arrendatária)

Documentos anexados:

- 1 – Decisão judicial que autoriza o arrendamento;
- 2 – Contrato de arrendamento;
- 3 – Decisão judicial que dispensa a apresentação de negativas para participar de licitações durante o período do arrendamento;
- 4 – Decisão judicial que autoriza a cessão do arrendamento para a La Vitta.